

*ANEXO AO CADERNO
DE TEXTOS*

*59º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL:

**Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB
exclusivamente para a educação pública.**

Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 33º CONGRESSO		
Texto 20 – Para enfrentar a nova conjuntura: fortalecer o ANDES-SN e avançar na unidade na luta – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFF-SSind.</i>		06
Texto 21 – Avançando na participação sindical – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI-SSind</i>		010
Texto 22 – Todo apoio e solidariedade a luta do povo palestino – <i>Contribuição do professor Helvio Alexandre Mariano – Sindicalizado da ADUNICENTRO-SSind</i>		013
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES		
Texto 23 – Em luta contra as perdas em consequência do novo PNE - <i>Contribuição dos professores Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves – Sindicalizados da ADUFU-SSind</i>		017
Texto 24 – Retomando os rumos - <i>Contribuição dos Professores Maria Beatriz Carnielutti, Ester Nogueira, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Antonio Motta Flores e Beatriz Weber – Sindicalizados e integrantes do GTSSA/ SEDUFMS</i>		018
Texto 25 – Perdas, salários achatados e endividamento – <i>Contribuição do professor Waldir Bertúlio – Sindicalizado da ADUFMAT-SSind</i>		019
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS		
Texto 12 - Homologações de novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>		022
Texto 26 – Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN – <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind</i>		023

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 23 - Em luta contra as perdas em consequência do novo PNE	17
TR 24 - Retomando os rumos	18
TR 25 - Perdas, salários achatados e endividamento	20
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 12 - Homologações de novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	22
TR 26 - Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN	24

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 33º Congresso**

TEXTO 20

Contribuição da Diretoria da ADUFF-SSind, biênio 2014-2016

PARA ENFRENTAR A NOVA CONJUNTURA: FORTALECER O ANDES-SN E AVANÇAR NA UNIDADE NA LUTA

De 2012 a 2014, vivenciamos um momento de ampliação das lutas dos trabalhadores no Brasil: manifestações da juventude, agitação de setores urbanos espoliados, greves de trabalhadores da esfera pública e do setor privado.

As manifestações de junho de 2013 resultaram na vitória do movimento contra o aumento das passagens de ônibus, levando à ascensão das mobilizações. Ao mesmo tempo, houve a recomposição das forças conservadoras que passaram a disputar as manifestações, atacando os setores organizados e as esquerdas nas passeatas.

De todo modo, as mobilizações de junho de 2013 colocaram na agenda a intensificação das lutas sociais, repondo a questão da greve geral, que durante muito tempo ficou fora do cenário brasileiro. Observamos a luta dos trabalhadores da educação por todo o país - e em todos os níveis da gradação escolar - com pautas que tratavam das questões salariais, mas também das reivindicações sobre condições de trabalho.

No início de 2014, ocorreu a formação de fóruns de Unidade de Ação dos Funcionários Públicos Federais, um esforço de construção da unidade na luta. Vale destacar que, no primeiro semestre deste ano, assistimos à greve de docentes dos Institutos Federais, de servidores técnico-administrativos da rede federal de educação, de funcionários da área da cultura federal e de um conjunto significativo de outros setores de trabalhadores da esfera pública, em especial, da educação estaduais e municipais no país.

Das diversas categoriais em luta, os garis do Rio de Janeiro impuseram uma derrota significativa ao prefeito Eduardo Paes no carnaval de 2014. Os trabalhadores da limpeza urbana forçaram o atendimento de suas reivindicações por meio de greve. A luta, duríssima, enfrentou a direção sindical pelega, a truculência do governo, a intervenção policial contra os grevistas e a campanha da imprensa de grande circulação contra a greve. Apesar de todas as dificuldades, a luta dos garis conquistou a simpatia da população. Notamos, ainda, as mobilizações de trabalhadores contra as direções sindicais, como no caso dos operários da construção civil no Comperj e das mobilizações da categoria de trabalhadores rodoviários que realizaram paralisações em diversas capitais do país, como São Paulo, Porto Alegre, São Luís e em vários outros municípios importantes. Policiais, na Bahia e em Pernambuco, também entraram em greve.

No primeiro semestre de 2014, verificamos a ascensão das lutas por moradia em várias cidades, com ocupações e manifestações de ruas ou em frente às obras da Copa. Tais mobilizações revelaram o protagonismo do MTST e ampliaram a sua base nacionalmente.

No funcionalismo público, ocorreram reuniões nos espaços de Unidade de Ação, com mobilizações, paralisações e greves em diversas categorias. A Fasubra e o Sinasefe chamaram a greves com o intuito de pressionar o governo a abrir negociações.

Observamos que desde o seu 33º Congresso, o ANDES-SN empreendeu esforços para se somar aos movimentos das categorias que se opuseram à crescente precarização de setores como educação, transporte e saúde, além de exigir a recomposição salarial devido às perdas inflacionárias. As jornadas de junho, a Copa do Mundo da Fifa, a proximidade das eleições presidenciais, a precariedade das condições de trabalho e as paralisações de várias categorias apontavam para a conjuntura na qual se colocou em discussão a possibilidade de deflagração da greve docente. Havia a dificuldade da realização de um movimento paredista dos docentes federais neste ano. Vale destacar que mesmo considerando a importância de mobilizações como forma de pressão, verificamos o desgaste do próprio movimento nas tentativas de reverter as negativas do governo em atender às reivindicações da categoria. Além disso, verificamos também as dificuldades enfrentadas na retomada das atividades acadêmicas em virtude da duração da greve de 2012. Tais fatores contribuíram para arrefecer a mobilização para a retomada da luta. Entendia-se que, diferente de 2012 e de outros momentos, em que o ANDES-SN esteve à frente na irrupção das lutas do funcionalismo, dessa vez, o movimento dos professores ganharia força a partir das mobilizações de outras categorias, não desempenhando, portanto, o papel protagonista inicial. A despeito do empenho de boa parte das seções sindicais, a resposta das assembleias da categoria ao indicativo de greve - à exceção de alguns *campi* em que o grau de precariedade é drástico - não foi suficiente para a deflagração do movimento. Neste sentido, se de um lado, o quadro da expansão precarizada gerou ações de paralisação da atividade docente motivadas por absoluta impossibilidade de exercer as atividades acadêmicas, de outro, a disposição para a greve nacional de professores das federais não se viabilizou em âmbito nacional.

A ADUFF, em cumprimento às deliberações do nosso Sindicato Nacional, tem buscado mobilizar a categoria por meio da realização de debates sobre a carreira e as condições de trabalho, com reuniões descentralizadas com os professores, para discutir a pauta geral dos docentes das IFES e a pauta interna da Universidade Federal Fluminense. Em nossas Assembleias, além da presença de praxe dos setores conservadores em situações de greve, verificou-se, pela primeira vez na história da ADUFF-SSind, a participação organizada de professores ligados à reitoria, de diretores de unidades, pró-reitores e de grupos militantes vinculados a partidos da base governista, para se posicionarem e votarem contra a greve. Pelos relatos de outras Associações Docentes, tudo indica que tal situação não foi vivenciada apenas na ADUFF-SSind, o que, em nossa avaliação, configura uma política de ataque do governo ao ANDES-SN.

O governo Dilma tem aprofundado a contrarreforma na educação em geral e na educação superior pública em particular. No Plano Nacional de Educação, está referendado a conceituação de “público não estatal”, de modo a favorecer a consideração de recursos aos agentes privados, aprofundando a mercantilização da educação. Sinaliza-se a expansão da pós-graduação privada com financiamento do Fies (Financiamento Estudantil) ao Mestrado e ao Doutorado. Em relação às universidades federais, aprofunda-se a expansão precarizada, com a criação de *campi* sem infraestrutura, o que compromete o nível de qualidade do ensino com a docência resumida a aulas, sem o trabalho de pesquisa e de extensão, o que fere a Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo em que crescem as reivindicações por melhores condições de trabalho, carreira e salário, o governo Dilma responde com o endurecimento em relação aos movimentos dos funcionários públicos. Pode-se perceber as investidas no sentido de judicialização das mobilizações dos servidores federais. O governo do PT tenta manter a

aparência de negociador e catalisador das demandas populares, como, no caso de movimento de moradia, estendendo a faixa de renda de ingressantes aos programas governamentais de habitação ou ao aumento do valor do Bolsa Família. Entretanto, se recusa a negociar as reivindicações salariais dos setores mais combativos do movimento sindical e social.

Deve-se destacar que o governo Dilma tem favorecido o agronegócio com substantivos recursos (como os R\$ 156,1 bi anunciados em maio), além de promover sucessivos cortes nos impostos da indústria automobilística (o corte no IPI iniciado em 2012 e postergado até o final de 2014, no contexto em que o setor automotivo representa cerca de 25% do PIB industrial do Brasil). Os banqueiros continuam a desfrutar de uma das taxas de juros das mais altas no mundo (a taxa Selic acima de 10% ao ano).

Desde 2013, cresceu a insatisfação popular em relação aos dispêndios de recursos governamentais com as obras para a Copa do Mundo da Fifa (2014), evento sediado no país. Inúmeras mobilizações foram realizadas com diversos seguimentos sociais. Para conter as manifestações, recorreu-se ao aumento brutal da violência de Estado contra o direito do exercício de liberdades democráticas, de manifestação, de organização e, mais especialmente, do exercício do direito de greve. Uma lei de segurança nacional foi criada para a Copa do Mundo e todas as greves foram julgadas ilegais: os sindicatos combativos foram multados e profissionais em luta, demitidos. Ativistas foram presos antes e durante os eventos da Copa do Mundo em todo o país. No dia da final da Copa no Rio de Janeiro, uma brutal repressão atingiu manifestantes que se reuniam em uma praça próxima ao Estádio do Maracanã. Vários foram feridos pelas ações policiais, inclusive jornalistas estrangeiros e prisões arbitrárias foram executadas. Ativistas foram presos e enviados à penitenciária de segurança máxima em Bangu, zona oeste da cidade.

Esse recrudescimento da repressão contra grevistas e movimentos sociais em luta no país ocorreu para garantir a segurança dos interesses do empresariado e de chefes de Estado. Durante o período da Copa, 15 mil seguranças privados foram contratados pela Fifa: 57 mil homens das Forças Armadas estiveram mobilizados pelo país, juntamente com 100 mil homens das polícias estaduais e federal. Para “manter a ordem”, esse aparato praticou ações terrivelmente violentas contra manifestantes nas ruas.

Soma-se a isso o fato de governos e organizações patronais utilizarem as demissões por justa causa de integrantes dos movimentos grevistas como forma de intimidar os que têm se levantado por direitos trabalhistas no país. Essa perseguição atingiu garis e rodoviários no RJ; 42 metroviários foram demitidos em SP; 500 professores do estado do RJ e os outros 56 exonerados da rede municipal. Além disso, manifestantes tiveram a privacidade violada, constrangidos em suas casas por agentes da polícia, levados a delegacias para inquéritos. Inúmeros deles foram alvo de mandados de busca e apreensão e tiveram pertences sequestrados.

A Copa do Mundo de 2014 teve como ganhadores, entre outros, os empresários da construção civil, os negociadores do espaço urbano que estão por trás das remoções de comunidades pobres que ocupavam locais valorizados pelos investimentos em infraestrutura e transporte, os gestores da dívida pública e os corruptos de sempre envolvidos nas negociatas dos megaeventos.

Na condição de perdedores, a maioria da população do país - a juventude, a classe trabalhadora - sem habitação, sem saúde, sem saneamento, sem educação, sem transporte de qualidade. Além disso, os trabalhadores e a juventude tiveram seu direito de protestar negado.

O evento da Fifa possibilitou altos lucros aos capitalistas e, em concomitância, agravou os índices de empobrecimento de setores médios e assalariados, como se constata pelo encarecimento dos aluguéis, dos produtos alimentícios, dos serviços urbanos e as perdas salariais.

Em que pese as dificuldades enfrentadas e o aumento da repressão e criminalização dos movimentos sociais, o ano eleitoral aponta para o desafio de aumentar a resistência e as mobilizações. Neste sentido, o movimento docente deve se esforçar para construir a mobilização, combinando a pauta nacional do ANDES-SN com as pautas locais das seções sindicais, intensificando a presença nos departamentos, unidades e nos *campi* das IFES, com vistas a promover reivindicações e ampliar a base de filiados. Além disso, face aos ataques ao nosso sindicato nacional, é fundamental intensificar, junto às bases, ações de fortalecimento do ANDES-SN contra as investidas do governo e de seu organismo pelego e, ao mesmo tempo, avançar no apoio e na unidade de ação com setores combativos e classistas tanto do funcionalismo público quanto das demais categorias de trabalhadores.

O governo Dilma tem-se recusado a abrir negociação com os professores e o funcionalismo federal. Visando desmontar a luta unificada dos trabalhadores da educação federal, os representantes do governo cancelaram reuniões previamente agendadas. Por essa razão, o movimento docente que tem como objetivos reverter a desestruturação da carreira, barrar a expansão precarizada, melhorar as condições de trabalho e recompor a defasagem dos salários, deverá enfrentar o desafio de mobilizar a categoria.

É preciso lutar ainda contra a ofensiva governamental nas IFES que busca passar a gestão dos Hospitais Universitários à Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), muitas vezes, à revelia dos Conselhos Universitários e sem ouvir a comunidade acadêmica.

A unidade de ação deve ser constituída a partir do fortalecimento das lutas do ANDES-SN e do sindicalismo autônomo em relação ao governo e aos patrões; da defesa das classes trabalhadoras e da independência de classe; da luta contra a criminalização dos movimentos sociais e do movimento sindical; das ações com os demais trabalhadores. Devemos empreender esforços na constituição de pautas unificadas com os servidores públicos federais e, ao mesmo tempo, realçar a importância do fortalecimento das lutas coletivas da classe trabalhadora em torno da CSP-Conlutas.

AVANÇANDO NA PARTICIPAÇÃO SINDICAL

Vivimos en un mundo en el que hay algunos que nos sometemos al derecho internacional y hay otros que están por encima. Hace muy poco Barack Obama en West Point, en un discurso no muy reproducido, dijo que hay una nación indispensable: los Estados Unidos. ¿El resto somos, pues, dispensables? Refirma la lógica del excepcionalismo. Si ellos son excepcionales, el resto somos inferiores. El discurso de Obama fue pronunciado en una academia militar. Desnuda la forma en que está organizado el mundo. Si vamos a hablar de la integración latinoamericana, hay que basarse en la identidad. Reconocerse a sí mismos en relación con los otros. Es decir, tenemos que oponernos a esta lógica imperial que domina el mundo. La palabra “imperial” tal vez suene desgastada, pero debemos prestar mucha atención porque desnuda la forma de organización del mundo.

- a. *Entrevista a Sacha Llorenti, presidente del grupo de los 77. Los fondos buitres son un peligro. [El país](http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-251672-2014-07-28.html). <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-251672-2014-07-28.html>>. Acceso em: 29/07/2014.*

Não há racionalidade para quem segura o fuzil e se acha no direito inquestionável de posse frente ao desarmado. A dominação só reconhece a força que a ela pode se opor e causar grandes estragos à própria organização-ação. Discordamos que a palavra **imperial** esteja desgastada. Ela continua como uma referência fundamental que perpassa desde as relações mundiais até espriar-se em nossas organizações-relações de trabalhadores.

Convidamos a todos e todas fazermos um exercício de imaginação: Cada uma de nós, pessoa, encontra-se com um fuzil a queima roupa apontado para a nossa cabeça. Quem o segura é o nosso vizinho que trabalha na polícia (ou no exército); Quem o mandou foi o coronel, também meu vizinho; Quem mandou o coronel foi a Presidente da República que já não é minha vizinha; Quem mandou a Presidente da República foram os banqueiros, os latifundiários, o agronegócio, os especuladores imobiliários... o Congresso Nacional... Enfim, um rosário tão grande que em muito ultrapassa três terços; na ponta o Barack Obama que mora nos EUA. O paradoxal é que a quantidade de fuzis é insuficiente para cada um de nós – que em nossas teses aparecemos como miríade de cabeças o - “povo espoliado”. Solucionado o nosso problema – os que não têm fuzis em suas cabeças pegam começam a puxar pela linha até chegar ao Barack – caput – fim da opressão sobre nós. A questão primordial é saber quantos se dispõem a participar desse processo. Anterior a isso, é necessário a crença verdadeira, e justificada, que o momento é chegado, que o mesmo faculta tal ação. Ora, sabemos que isto do “momento chegado” não existe e não estará pronto até nós o prepararmos, construí-lo.

O poder capitalista segue uma lógica bastante simples. Tomamos aqui a liberdade para ilustrá-la a partir de alguns elementos retirados da trilogia cinematográfica produzida por Peter Jackson, a partir da obra de J. R. R. Tolkien, **O Senhor dos anéis**, escrito entre 1937 a 1949.

O Senhor dos Anéis – o **Um Anel** (todo o poder) – é o sistema capitalista controlada pelas grandes corporações mundiais representadas pelos EUA (**Sauron**), cujo representante referencial hoje é o eminente Barack Obama (o “Big Brother” de Orwell). Paradoxalmente o sistema precisa cada vez mais de mais poder para controlar o sistema em sua grandiosidade, e para isso o poder existente mutila e mata pessoas, destrói a Terra, aniquila povos e nações inteiras (lembremo-nos de outro filme – **Avatar**). Assim vai seguindo construindo mais poder... e mais medo. Só que o medo não atinge só os espedaçados. Ele atinge e aterroriza os espedaçadores. Daí o incessante desenvolvimento científico-tecnológico de novas armas – o drone é a grande cobiça do momento. Matar à distância e de modo sorrateiro, oculto. Afinal, esse é o dom fundamental do **Um Anel**: ocultar-se para se distanciar da sociedade como faz os muito ricos quando fundam os seus paraísos na terra pensando estar imunes às consequências de suas ações destrutivas. Paradoxalmente, também, o poder do “senhor dos anéis” não serve para a construção de uma sociedade solidária e fraterna, pois ele só faz sentido em uma sociedade em que o poder permanece nas mãos de poucos – o modo de produção capitalista é o paradigma por se prestar a ocultar sob a cortina da “livre iniciativa”, do “mérito” e da “concorrência” a transferência brutal da riqueza de um todo para poucos. Nisso os anarquistas em muito antecederam essa compreensão quando rejeitaram nos debates na AIT a construção de um poder operário em um Estado que, por definição, estará sempre a serviço da opressão (tomem-se como exemplo todas as experiências históricas dessa via).

A superação desse estado de coisa engendrado no sistema, pelo sistema, para o sistema, é o nosso grande desafio. Mais ainda: Como os professores e professoras das instituições de ensino superior no Brasil podem contribuir para derrotar quem nos derrota diuturnamente?

Acreditamos ter feito um pouco disso ao tentarmos unir o Saber (o **Mago Gandalf**), as relações de organizações de trabalhadores e trabalhadoras (a Sociedade do Anel) a um conjunto de ações em que uma das últimas será (por ocasião do CONAD foi e continuará sendo) o Encontro Nacional de Educação no qual criaremos os contrastes sociais positivos contrários às propostas negativas de **Sauron** que é imposto pelo poder dominante no Brasil nas suas formas que conhecemos (**Saruman** – um Mago pervertido pelo perspectiva de poder, sorrelfa, representado atualmente pelas figuras do Executivo/Congresso Nacional/ Judiciário).

Ainda restam dois personagens a comentar: **Gollum** e **Frodo**. O poder ilegítimo possui a propriedade de corromper tudo o que é envolvido por ele, até mesmo à ilusão de o poder possuir. Assim é que um Hobbit é capturado pelo anel (o **Precioso**) – pela insaciabilidade dos desejos (disse um poeta: “a felicidade é o descanso do desejo”). O desejo se esconde sob os mais diversos fingimentos e dissimulações. Desse modo, ele está em nossas direções sindicais, tal está em Sauron. O ANDES-SN está repleto de dissimulações, por isso, a ausência de eleitores e eleitoras, em número significativo, nas últimas eleições. Pela forma de poder constituído ao longo dos anos transformou-se, e continua a sua mutação, em um **Gollum** – estranha e feia criatura. A BASE, isso percebendo, se afasta da nefasta criatura. Já saltarão os seus adestrados diretores, prontos para aniquilar o pensamento “contra a ordem”. Dirão: “São Proifes.” Eles patrocinaram consulta sobre a greve. Esquecem esses fanáticos messiânicos que a diretoria do ANDES-SN tem sido eleita através de consultas. O seu único oponente, dadas as atuais circunstâncias de organização do sindicato, “arriou as calças” (expressão chula com a qual o “Pasquim” denunciava a ditadura civil-militar diante das exigências de SAURON) nas últimas eleições. Por quê? Por que está obcecado pelo poder do

ANDES-SN, mas não pela luta que só a sociedade do anel pode travar com vistas a destruir o poder do capitalismo.

Por último, um breve comentário sobre o herói da jornada de libertação. Frágil, despreparado (sem larga e antiga experiência sindical e, ou político partidária), coração aberto ao acolhimento das expectativas do outro, suscetível também aos apelos do poder corruptor, possui duas qualidades essenciais para destruir/constituir um outro poder: A primeira, a determinação em cumprir a jornada (a Vontade); a segunda, a confiança na Humanidade ao atender os apelos de **Sam** para largar o anel e segurar firme em sua mão. Esse é **Frodo Bolseiro**. Nada tem a ver com os sindicalistas que excluem os seus parceiros, que publicam as fotos e os discursos só daqueles que seguram ou ajudam a segurar **O Anel**. **O ANDES-SN**, nas próximas eleições, necessita firmeza para assegurar a participação efetiva das pessoas sindicalizadas em todo o processo decisório do sindicato. Chega daquelas reuniões ridículas anunciadas pelos **Golluns** sindicais em meio às nossas reuniões nacionais. Ou se peleja a favor de **Sauron**, ou solta-se o **ANEL**.

Para encerrar, em comemoração aos cem anos da morte de **Jean Jaurés**, deixamos as suas palavras:

Creio que apagar no coração dos homens a chama do entusiasmo representa um perigo, e se também matarmos a força do ideal que anima o poeta e a força da esperança que levanta os trabalhadores, corremos o risco de ter uma sociedade sem alma, sem coragem e sem fé.

FEBBRO, Eduardo apud **Carta maior**, Jean Jaurés: um século de pensamento socialista. Em: <http://www.cartamaior.com.br/#!/Editoria/Internacional/Jean-Jaures-um-seculo-de-pensamento-socialista/6/31511>. Acesso em: 03/08/2014.

TEXTO 22

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano - Sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical

TODO APOIO E SOLIDARIEDADE A LUTA DO POVO PALESTINO

Desde que teve início a nova ofensiva israelense na faixa de Gaza, denominada de “Margem protetora”, há mais de um mês, centenas de palestinos foram mortos, muitos deles eram mulheres e crianças. O atual conflito é uma repetição de tantos outros que o mundo assistiu nas últimas décadas, porém, com muita mais força militar empregada e com um número de vítimas civis cada vez maiores.

Outro aspecto importante nesta ofensiva militar israelense contra os palestinos é a velocidade que as imagens são produzidas, divulgadas em redes sociais ou transmitidas por agências de notícias ou correspondentes de guerra que estão no local para fazer a cobertura. O que assusta nas imagens e nos relatos é a desproporção das forças de combates e o alto número de mortos palestinos, que vivem há décadas em uma situação extremamente complicada, cercados por todos os lados e sem direito a quase nenhum tipo de apoio humanitário.

Para entender este conflito é preciso explicar um pouco mais sobre Gaza, uma região com apenas 360km², e com uma população de mais de 1.5 milhão de palestinos, sendo mais de 80% desempregados. As crianças desta região vivem há décadas uma das mais graves crises de subnutrição do planeta, maior do que as apresentadas na região da África subsariana, porém, quase nunca é noticiado pela mídia ocidental.

O massacre promovido pelo exército israelense no último dia 30 de julho em uma escola da ONU, que abrigava crianças e mulheres na Faixa de Gaza - o que seria em um local neutro-, demonstra que a ofensiva militar lançada por Israel contra a população palestina vai muito além dos discursos que assistimos diariamente na mídia ocidental, que busca cotidianamente reforçar a tese do direito a autodefesa do governo de Israel, e ignorar que na verdade trata-se de um verdadeiro genocídio contra uma população de 1,8 milhão de pessoas que vive numa área de apenas 42 quilômetros de extensão e 10 de largura. É nesta faixa de terra, local onde hoje é impossível escapar para qualquer parte do mundo, pois as saídas para Erez em Israel e Rafah no Egito estão fechadas.

E é neste pequeno espaço de terra, que ocorre o ataque de um dos exércitos mais bem equipado do planeta e financiado pelo governo americano contra uma população que resiste contra a ocupação das suas terras e pela manutenção da sua cultura e dos seus modos de vida.

Enquanto o povo palestino resiste à ofensiva do exército israelense, um conglomerado de empresas de comunicação se esforça mundo afora para vender a ideia do direito de autodefesa de Israel, noticiando diariamente o número de vítimas dos “dois lados”. Denomina o massacre, o genocídio de “Operação Margem Protetora”. Falaram em ataques cirúrgicos realizados por caças F-18, e assim por diante. Tudo isso repetido exaustivamente pela dita “comunidade internacional”, que diz condenar o lançamento de foguetes a partir do território palestino contra Israel. Mas afinal, quem é esta “comunidade internacional”? Segundo o professor Magid Shihade, da Universidade de

Birzeit, na Cisjordânia, em entrevista publicada na revista Carta Capital¹ “comunidade internacional é um jargão inconcebível, pois eles (Obama, Merkel, Hollande etc) não alcunharão o que Netanyahu está a provocar em Gaza porque não pega bem para a dita comunidade internacional”. Ainda para Magid Shihade “esta comunidade internacional decide termos como genocídio, e não dirá que Israel está a cometer genocídio contra os palestinos, embora esteja”².

Para Soraya Misleh, em artigo publicado no dia 14 de julho, no site da CSP-Conlutas, “o pretexto deste novo ataque contra Gaza foi a morte de três jovens colonos na Cisjordânia, território palestino ocupado militarmente por Israel desde 1967. A despeito de o Hamas ter negado ser responsável pela morte dos três jovens e estas estarem cercadas de incertezas, Israel condenou toda a população de Gaza a uma punição coletiva”. Ainda segundo Soraia Misleh, “o que a grande mídia não divulga é que - como nas ofensivas anteriores - os antecedentes couberam a Israel. Em maio último, matou dois jovens palestinos - seus nomes Nuwara Nadim e Mohammed Abu Khdair - .”Após as mortes destes jovens, milhares de palestinos foram presos, torturados, tiveram suas casas queimadas e nada disso repercutiu na mídia mundial ou é condenado pela chamada comunidade internacional.

Quando analisamos o poder da mídia global e também nacional, em relação ao ataque israelense contra os palestinos, podemos perceber o que Edward Said destaca em relação aos ataques de Israel contra os Palestinos, mesmo antes do atual conflito. Segundo Edward Said “em quase todas as reportagens de quase todos os dias sobre a Cisjordânia e Gaza, se você observar com atenção, no fim você vai ver que quatro, cinco, seis palestinos foram mortos. Eles ficam anônimos. Mortos sem uma razão particular. Muitas crianças foram mortas. A morte de palestinos é três, às vezes, quatro para um”³. No atual ataque, o número de mortos já supera mais de mil e seiscentos palestinos, sendo mais de 80% civis e entre eles a maioria de mulheres e crianças.

O que Israel busca neste novo ataque é consolidar sua estratégia de levar os palestinos a uma morte lenta, pois ao destruir toda a infraestrutura de Gaza, suas escolas, seus geradores de energia, seus hospitais e toda forma de produção, estará condenando os quase 1,8 milhão de habitantes deste território a morrer de fome, enquanto a mídia global, a chamada “comunidade internacional” continua a fazer de conta que nada está acontecendo.

Apesar da tentativa de colocar de joelhos os palestinos, o que podemos ver é uma resistência heroica contra um dos mais bem equipados exércitos do planeta, e nestes quase trinta dias de ocupação, os palestinos de todas as idades dão mostra que vão continuar a resistir e defender sua terra contra mais esta tentativa de extermínio praticada pelo governo israelense.

Ao mesmo tempo em que cresce a resistência dos palestinos em Gaza, também podemos perceber que ao redor do planeta passam a surgir manifestações de apoio ao povo palestino, com boicotes aos produtos israelenses e marchas em diversas capitais mundiais exigindo dos governos o rompimento das relações comerciais no tocante a venda de armas para Israel.

No Brasil, já foram realizadas centenas de atividades, marchas envolvendo diversos setores da sociedade, cobrando que o governo o brasileiro rompa imediatamente os

¹ Revista Carta Capital. Pág. 62.30 de Julho de 2014.

² Idem.

³ SAID, Edward W. **Cultura e resistência**. Entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

acordos de compra e vendas de armas para Israel, sendo que atualmente o Brasil é um dos maiores compradores de armas israelenses.

O governo brasileiro precisa cessar imediatamente qualquer compra ou venda de armas para Israel e romper imediatamente as relações diplomáticas. Também é preciso manter a solidariedade a todo o povo palestino que resiste na luta contra a ocupação de suas terras, denunciando os ataques israelenses e o silêncio da mídia local com o que vem ocorrendo em Gaza.

**Tema II: Avaliação e atualização
do plano de lutas: educação,
direitos e organização dos
trabalhadores**

TEXTO 23

Contribuição dos professores Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves – Sindicalizados da ADUFU Seção Sindical

EM LUTA CONTRA AS PERDAS EM CONSEQUÊNCIA DO NOVO PNE⁴

TEXTO DE APOIO

O Plano Nacional de Educação – PNE – (2011-2020) foi aprovado no mês de junho, com quase quatro anos de atraso. E, em alguns aspectos, apresenta um retrocesso para a educação pública nacional. Um dos principais itens discutidos ao longo desses anos de tramitação diz respeito ao financiamento da educação. Muitas metas do PNE (2001-2010) não foram cumpridas em função dos vetos presidenciais, em especial, aqueles relativos ao financiamento; por isso, nesse “novo plano” tanto se discutiu esse tema. Sem verba não há como melhorar a educação pública em nosso país. Entretanto, nossos representantes no legislativo, mais uma vez, não ouviram as entidades, movimentos sociais e sociedade civil organizada, que clamavam por 10% do Produto Interno Bruto – PIB- para educação pública, já! Mais uma vez o lobby das “particulares” (leia-se educação empresarial) falou mais alto; e, de acordo com a meta 20 do PNE teremos 7% até o quinto ano de vigência e 10% ao final do Plano para a educação pública e privada. Ou seja, esse Plano estreita a parceria público/privado que também já aparece em outros ordenamentos legais recentemente aprovados, como por exemplo, a Lei da ICES (Lei 12881 de 12 de novembro de 2013). Algumas entidades estão vendo avanços nesse plano aprovado, principalmente, se comparado com a versão que havia sido encaminhada pelo executivo. Entretanto, os avanços relativos que são apontados, como o estabelecimento do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) carece de um amplo controle social e exigência do cumprimento da Lei. Os tribunais de contas e outros órgãos fiscalizadores nada fizeram em relação as metas que não foram cumpridas no PNE anterior. Nesse sentido, precisamos nos organizar para continuar a luta pela educação pública e de qualidade e também pelo investimento público em educação pública.

TR - 23

O 59º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. intensificar a luta pelo investimento público em educação pública, constituindo o Encontro Nacional de Educação como fórum de discussão e espaço de luta dos/as trabalhadores/as por uma educação de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada.
2. resgatar o “PNE da Sociedade Brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos.
3. denunciar a utilização do PNE para financiar a iniciativa privada na área da educação.

⁴ Texto elaborado pelo GTPE – ADUFU/SS. Contribuição das professoras e professores: Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves)

TEXTO 24

Contribuição dos Professores Maria Beatriz Carnielutti, Ester Nogueira, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Antonio Motta Flores e Beatriz Weber – Sindicalizados e integrantes do GTSSA/ SEDUFMS

RETOMANDO OS RUMOS

TEXTO DE APOIO

Por considerarmos que:

1 o ANDES-SN com suas ações não tem atendido de forma adequada as demandas dos professores, em especial as dos Professores Aposentados;

2 o ANDES-SN não tem dado o adequado e necessário andamento às decisões tomadas em Congressos resultantes de proposições dos Professores Aposentados, por exemplo, um simples protocolo não é uma ação nem eficaz nem eficiente;

3 o ANDES-SN está cada vez mais se distanciando de sua base, fortalecendo dessa forma outras entidades para onde se transferem seus associados;

4 o ANDES-SN, que construiu um nome com poder e influência, não está tendo a responsabilidade de olhar, de analisar, de refletir e de decidir sobre todos os interesses da classe, hoje não decide quais as lutas que beneficiarão seus associados;

5 o ANDES-SN tem dado maior ênfase a outras ações políticas em detrimento as dos Professores que, são os que sustentam essa entidade;

6 que esses fatos negativos estão contaminando a base inteira como um poderoso vírus de desânimo e de descrença;

7 que está faltando ao ANDE -SN “ATITUDE”, porque atitude é o que define, é o que abre caminhos e é o que faz a diferença;

8 que sindicalismo não é só teoria mas também prática.

TR - 24

O 59º CONAD determina:

Que a partir desta data sejam retomados os princípios que nortearam a criação do nosso ANDES-SN e, que as ações prioritárias da Direção Nacional sejam dirigidas no sentido de atender as necessidades e as preocupações profissionais dos seus Professores Sindicalizados.

TEXTO 25

Contribuição do professor Waldir Bertúlio – Sindicalizado da ADUFMAT SSind

PERDAS, SALÁRIOS ACHATADOS E ENDIVIDAMENTO

TEXTO DE APOIO

O assunto é arrocho salarial e subsistência. Assim se apresentam os “empréstimos consignados” via bancos, para desconto compulsório na folha de pagamento. Uma arma para eternizar na tática dos refinanciamentos a dívida de professores e servidores como uma fonte de alta rentabilidade e sanha de lucro do setor rentista e financeiro. Uma verdadeira “barbada”, portas abertas para a privatização de parte do salário via empresas financeiras, bancos e terceirizados que perseguem como abutres os professores que já estão endividados no limite máximo. Aí entra a tal proposta de “refinanciamento”, que é um verdadeiro roubo do bolso de professores e servidores federais, bem como de outras categorias de servidores públicos, especialmente os aposentados. Este problema situa-se em uma pauta cara para o ANDES/SN, que é a questão da precarização, das perdas salariais, do achatamento salarial.

O endividamento extrapola em muito os 30% colocados como limite, na medida em que os altíssimos juros prolongam o tempo de endividamento e aumentam aritmeticamente o valor da dívida via juros e manobras exorbitantes para impor como única alternativa o “escorchante” refinanciamento. Não há espaço de discussão e renegociação. Resultado: os empréstimos consignados, que seriam uma alternativa para emergências, tornam-se uma prisão permanente para quem empresta e reempresta, vez que a situação fundante é a depreciação salarial, com suas perdas progressivas e inexoráveis mantidas pelo Governo Federal. Torna-se desta forma, para a maioria dos consignantes uma situação crônica de endividamento, que a cada dia o remete para sair desta dívida impagável só com a morte, pois a cada ano o arrocho salarial é maior. Poucos conseguem sair desse perverso círculo vicioso.

Para enfrentar e lutar na reversão desta situação, concretamente no caso da consignação/refinanciamento, é preciso estabelecer uma agenda diagnóstica desta situação, empreendendo todas as estratégias possíveis que tirem a público esta relação espúria do Governo Federal com bancos privados como o BMG, financiadores de campanhas do PT e base aliada. É possível esclarecer e intervir sobre este conluio de setores governamentais com o mercado financeiro bancário. Cito aqui um caso, onde no primeiro momento das consignações um gerente do BMG em Curitiba deslocou-se para residências dos que pleiteavam o financiamento, entrando direto no SIAPE. De alguma forma detinha a senha, o que era tido como impossível.

É grande o número de instituições financeiras envolvidas nesta verdadeira agiotagem com respaldo oficial. Estes empréstimos não oferecem nenhum risco para os bancos, pois são descontados diretamente em folha de pagamento. Por isso, a invasão permanente da privacidade de todos que potencialmente podem fazer refinanciamento em uma verdadeira disputa aética entre os potenciais reemprestantes e as instituições financeiras.

Como se não bastasse para os poderosos e corruptos de plantão, a política agressiva de perdas para os trabalhadores, incorporam-se a interesses do mercado financeiro para obtenção de vantagens. Expropriados dos bolsos dos professores e servidores que não

conseguem sobreviver com seus depreciados salários. Esta situação percorre toda a categoria de professores, desde as redes Municipais a Estaduais, atingindo neste conjunto, talvez com mais peso, os aposentados, nessa maléfica financeirização salarial, a mercê de negociatas e acordos privados com o Governo. É preciso agendar esta questão invisibilizada, formando uma Comissão para conduzir este trabalho, e levar a todas instâncias necessárias responsáveis institucionalmente por este grave e crônico problema.

TR - 25

O 59º CONAD delibera:

Que o ANDES/SN faça um levantamento via regionais e ADs dos problemas de endividamento com empréstimos/reempréstimos consignados que são praticados nas propostas de refinanciamento, abrindo uma pauta com o MEC/MPOG para fazer uma auditoria via indicadores de viabilidade, taxa de juros cobrada e quantidade de refinanciamentos. Entende-se aqui a necessidade de desdobramentos, trazendo autoridades públicas, os bancos privados “autorizados” para um debate público, apontando o ressarcimento e sustação dos desvios que são cometidos no mercado financeiro em nome do poder público.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Considerando que a Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN fez os ajustes complementares no seu regimento, a Diretoria do ANDES-SN apresenta uma nova versão para o TR 12.

TR – 12

O 59º CONAD delibera:

PARECER

1 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

2 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

TEXTO 26

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind

CONTRIBUIÇÃO PARA A REVISÃO DA METODOLOGIA DO CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O 33º Congresso do ANDES-SN autorizou este CONAD a rever sua metodologia de realização “com vista a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas”.

Acreditamos que a realização do Congresso deve se pautar pela singularidade daquele espaço, isto é, a reunião simultânea de amplo número de militantes do Sindicato para aprofundar de maneira democrática, plural e efetiva o debate político de modo a pautar ações concretas de luta com o devido acúmulo dos problemas a serem enfrentados. Avaliamos que o Congresso deve ser alterado para garantir o melhor aproveitamento político do tempo de sua realização a partir da definição clara da centralidade da luta do ANDES-SN.

Percebemos uma considerável frustração nos congressos, sobretudo pela extensão dos debates que se acumulam ao longo dos dias de trabalho e que acabam sendo transferidos de plenária a plenária levando a que no último dia se discutam assuntos da maior relevância em condições que não são adequadas.

Visando responder a este problema, a presente contribuição pretende enriquecer o debate aportando reflexões e propostas concretas sem que sejam fórmulas fechadas, e sim, propostas flexíveis e abertas a serem debatidas no CONAD. Nesse sentido, apontamos algumas contribuições privilegiando, sobretudo, permitir uma participação mais ampla e ao mesmo tempo profunda dos militantes das Seções Sindicais. A organização do envio das propostas (TRs), a maneira de consolidação dos debates, os tempos de realização das plenárias, a necessidade de tempos de descanso, todas estas questões se relacionam e merecem revisão para garantir a realização da democracia de Sindicato tão plural como o ANDES-SN.

É necessário que haja uma reorganização de temas de debate para que a centralidade da luta ganhe um foco de destaque enquanto mobilizador e organizador da ação do Sindicato. As Assembleias devem ser dinamizadas para garantir a presença de todos durante sua realização e, para tal, devem ter duração determinada e seu modo de operação deve ser conclusivo, isto é, não se deve permitir o envio de pautas de determinado tema para a Assembleia seguinte, evitando o usual acúmulo de temas na última plenária.

Está sendo proposto que as plenárias possam ter seu horário de trabalho estendido até o máximo de duas horas, sendo aprovadas uma hora a cada vez. Se busca assim preservar que as plenárias não avancem até tarde da noite, preservando assim o horário noturno para atividades culturais, sociais e políticas, garantindo também o adequado descanso dos congressistas.

É desejoso que os temas referidos ao Plano de Luta Geral e Plano de Luta dos Setores do Andes-SN ganhem, literalmente, centralidade, ocupando o terceiro e quarto dia do

congresso, garantindo assim que estes assuntos sejam abordados de forma aprofundada e com ampla participação dos congressistas.

Tais alterações deverão, evidentemente, envolver um processo de disciplinamento para racionalizar o uso do tempo nos Grupos Mistos e nas Plenárias: será necessário hierarquizar as TR's prioritárias que devem ser amplamente discutidas nestes fóruns.

Há também interesse em acrescentar ao congresso uma atividade de organização dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, reservando para isto, um espaço para que todos os GT possam realizar uma sessão aproveitando o congresso para definir uma agenda de trabalho.

Não acreditamos que todas as alterações serão realizadas de maneira total e única, da mesma forma, não acreditamos que haja um modelo congelado, definitivo, de realização do Congresso, portanto, as alterações sugeridas aqui incluem também a necessidade da continuidade desta avaliação do método de realização do Congresso após as aplicações das alterações aprovadas neste CONAD para que se possa adequar as alterações de maneira democrática e continuada, pelo menos até o próximo CONAD.

TR - 26

O 59º CONAD delibera que:

1. A pauta para o Congresso do Andes-SN será assim distribuída:

Tema I: Movimento docente e conjuntura

Tema II: Centralidade da luta

Tema III: Plano de lutas geral

Tema IV: Plano de lutas dos setores

Tema V: Questões organizativas e financeiras

2. O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso do ANDES-SN terá como referência o seguinte esquema:

Temas	Dia 1 - Tema I Conjuntura	Dia 2 - Tema II Centralidade da luta	Dia 3 - Tema III Plano de Lutas Geral	Dia 4 - Tema IV Plano de Lutas Setores	Dia 5 - Tema V Organização e Finanças Organização de GTs	Dia 6 - Tema V e Encerramento
9-12	Credenciamento. Abertura	GM II	GM III	GM IV	GM V	Plenária V
14-18	Credenciamento Instalação Plenária I	Plenária II	Plenária III	Plenária IV	Organização de GTs	Plenária de Encerramento
Noite	Livre	Livre	Livre	Livre	Livre	

3. Após a Plenária de Instalação que acontecerá no primeiro dia, o congresso funcionará numa dinâmica de Grupo Misto e Plenária a cada dia. Apenas a plenária do Grupo V

seria deslocada para o dia seguinte da realização do GM para permitir que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos GTs do ANDES-SN no próprio Congresso.

4. As plenárias deverão ser conclusivas (não sendo permitido o envio de temas de uma Plenária para outra). Cada plenária poderá ser estendida por uma hora e, excepcionalmente, por mais uma hora.

5. A organização do congresso será objeto de avaliação permanente a cada CONAD.